



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Procedimento Pré-contratual por consulta prévia

**Aquisição do “Estudo de Impacto de Tráfego, Transportes e Ruído, para o Plano
de Pormenor da Praia Formosa”**

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual na modalidade de consulta prévia, que tem por objeto principal a aquisição do estudo de impacto de tráfego, transportes e ruído, para a área do Plano de Pormenor da Praia Formosa, de acordo com o presente caderno de encargos e cujos limites geográficos são os definidos na planta anexa ao caderno de encargos.
2. O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV) **63712710-3 Serviços de monitorização do tráfego** de acordo com o [Regulamento \(CE\) n.º213/2008, da Comissão](#), de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 3.ª

Prazo de Execução

O contrato mantém-se em vigor por 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato referente a aquisição do estudo de impacto de tráfego, transportes e ruído, para o Plano de Pormenor da Praia Formosa, a entidade adjudicante tem as seguintes obrigações:

- a)** Fornecer em formato digital, os limites das áreas de intervenção;
- b)** Fornecer em formato digital, os Termos de Referência para a elaboração do Plano de Pormenor da Praia Formosa;
- c)** Fornecer o Estudo Preliminar do Plano de Pormenor da Praia Formosa, com a caracterização do projeto de plano e elementos gráficos com as soluções de implantação previstas e de integração na área, em formato dwg;
- d)** Fornecer em formato digital, os elementos principais do PDMF.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato referente a aquisição do estudo de impacto de tráfego, transportes e ruído, para o Plano de Pormenor da Praia Formosa, as seguintes obrigações:

- a)** Caracterização da situação atual ao nível das condições de circulação do tráfego rodoviário, pedonal e demais modos suaves;
- b)** Instalação de canais cicláveis previsto em desenho/estudo preliminar);
- c)** Previsão de impactos futuros para o ano horizonte a 10 anos;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- d)** Definição de propostas para a beneficiação/correção de eventuais impactos negativos que possam ser detetados;
- e)** Análise aos perfis logísticos na área de intervenção;
- f)** Realização de contagens de tráfego para a área em apreço;
- g)** Elaboração da componente acústica do estudo, obedecendo às exigências regulamentares em vigor em matéria de poluição sonora;
- h)** Obrigação de assumir com todos os encargos, incluindo equipamentos, revelados necessários para a prestação de serviços, cumprindo a mesma no prazo estabelecido;
- i)** Obrigação de facultar à entidade adjudicante toda a documentação relativa e/ou relacionada com a prestação de serviços obrigatória legalmente a entregar às entidades competentes e de tutela bem como a elaboração de um cronograma de trabalhos a realizar/apresentar no prazo de execução do contrato;
- j)** Obrigação de prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo na pendência da prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua prestação, em especial em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
- k)** Obrigação de responsabilidade pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções ou realizem tarefas por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
- l)** Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas;
- m)** Disponibilidade para, se for necessário, prestar esclarecimentos ou explicações sobre os documentos produzidos juntos dos órgãos deliberativos e executivos municipais em sede das respetivas assembleias municipais ou reuniões de câmara;
- n)** A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados ao bom resultado dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.º

Metodologia a aplicar

A metodologia a ser aplicada no estudo de impacto de tráfego, transportes e ruído deve incluir obrigatoriamente:



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- a)** A acessibilidade à área de estudo no que respeita ao transporte individual, coletivo (incluindo turístico) pedonal e demais modos suaves;
- b)** A avaliação das condições de acessibilidade pedonal, em especial na relação entre edifícios e opções de transporte;
- c)** O esquema de circulação na área, de acordo com as atividades, residências e serviços, assim como prever o esquema de circulação em situações de emergência;
- d)** O funcionamento de cargas e descargas;
- e)** Identificação de potenciais geradores e atratores de tráfego na envolvente;
- f)** A verificação do desempenho das vias, principais interseções no cenário atual e futuro;
- g)** A capacidade e necessidades de estacionamento previstas.
- h)** Modelação e calibração da rede rodoviária atual e validação da matriz de fluxos origem/destino de modo a estimar os volumes de tráfego na rede rodoviária; Cálculo da matriz de fluxos origem/destino para a situação atual nas horas de ponta da manhã e da tarde de dia útil, incluindo sábados e domingos no período da tarde (horários da saída da praia em época sazonal);
- i)** Atribuição do tráfego à rede rodoviária e avaliação quantitativa e qualitativa das condições de circulação para a situação atual; Verificação das condições de circulação na rede rodoviária da área de estudo, com cálculos de níveis de serviços e respetivos atrasos médios nas interseções;
- j)** De forma similar, deve ser realizada a caracterização e diagnóstico para a situação futura (10 anos).

Cláusula 7.º **Documentos a remeter**

1. Quanto aos requisitos técnicos, o estudo de impacto de tráfego, transportes e ruído, o adjudicatário deverá remeter obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - a. Relatório detalhado com a descrição metodológica, diagnóstico territorial e as propostas de melhoria/solução;
 - b. Apresentação a efetuar com os resultados obtidos e definição de ações;
 - c. Dados em bruto das contagens de tráfego e modelação efetuada e outros considerados relevantes;
 - d. Análise da criticidade acústica na área em apreço;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- e. Proposta alternativa que privilegie a acessibilidade pedonal e ciclável na área de apreço, incluindo também a mobilidade inclusiva;
 - f. Proposta de reorganização de estacionamento;
 - g. Apresentações de progresso dos trabalhos a efetuar sempre que a entidade adjudicante o solicitar.
2. Os elementos deverão ser remetidos por e-mail para a Divisão de Planeamento Urbano da Câmara Municipal do Funchal, de acordo com os prazos indicados na Cláusula 8.º do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

Fases da Prestação do serviço.

Os serviços objeto do contrato devem dar cumprimento a três entregas faseadas, nomeadamente:

- a) **Fase 1** – Realização dos trabalhos de campo e medições de ruído, no prazo de 60 dias a contar da data de assinatura do contrato;
- b) **Fase 2** – Elaboração do relatório do estudo de impacte de tráfego, no prazo de 90 dias a contar da data de assinatura do contrato;
- c) **Fase 3** – Definição de ações corretivas e proposta de acessibilidade multimodal, no prazo de 120 dias a contar da data de assinatura do contrato.

Cláusula 9.º

Forma de prestação de Serviço

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade a estabelecer com o Município do Funchal, reuniões para a prestação de informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos, com os representantes do Município, das quais poderá elaborar-se um relatório assinado por todos os intervenientes da referida reunião.

2 - O prestador de serviços fica, também, obrigado a apresentar ao Gestor do Contrato, sempre que o mesmo o solicitar, um relatório com a evolução dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

3 - Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, e em qualquer outro idioma se mais adequado ao projeto em causa.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

4 – As reuniões poderão realizar-se de forma presencial ou online/vídeo-conferência

Cláusula 10.ª

Transferência da propriedade

Com a entrega do estudo de impacto de tráfego, transporte e ruído, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver, ao abrigo do contrato, para Município do Funchal.

Cláusula 11.ª

Informação e sigilo

1 - O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias ao bom desenvolvimento e execução do contrato, devendo, de igual forma, a entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 - A entidade adjudicante e o adjudicatário guardam sigilo durante dois anos sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 12.ª

Preço base

1 -O preço base é de **€13.520,00 (treze mil e quinhentos e vinte euros)** a que acresce IVA á taxa legal aplicável, não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base sob pena de exclusão.

2 - O preço base, conforme o disposto no artigo 47.º, n. º3 do CCP, resultou dos preços atualizados de mercado obtidos através de consulta preliminar nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1 - Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

do Funchal deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município do Funchal são pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

a. **1.ª prestação**, com a realização dos trabalhos de campo e medições de ruído, correspondendo a 25%, do valor do contrato.

b. **2.ª prestação**, com a entrega e aprovação do relatório do estudo de impacto de tráfego, correspondendo a 25%, do valor do contrato.

c. **3.ª prestação**, com definição e aprovação de ações corretivas para a acessibilidade multimodal, correspondendo a 50% do valor do contrato.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução da prestação de serviços, que tenha tido lugar, e a que respeita a fatura, que deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato, sob pena de devolução.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

do Funchal pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento parcial do contrato imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 5% do preço contratual.

b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 - O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o locador que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao locador que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 - Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 - O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 16.ª

Força maior

1 – Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Alterações ao contrato

1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 - Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 18.ª

Confidencialidade e Proteção de dados

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante
4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10. A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 19.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o locador viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao locador, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o locador pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Adjudicatário dependem da autorização do Município, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª

Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, o Gestor do Contrato nomeado pela Entidade Adjudicante é o Sr.ª Eng.ª Isabel Margarida Mendes Sousa, da Divisão de Planeamento Urbano, com o email institucional: isabel.sousa@cm-funchal.pt.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 25.ª

Comunicações e notificações

1 – Todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

ANEXO

Planta com a delimitação da área de intervenção do Plano de Pormenor da Praia Formosa.